JUSTAPAZ

Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES 2022



Maputo, 2022



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Anual da JustaPaz 2022

Propriedade: JustaPaz

Coordenação: Horácio Zunguza

Textos: Filomena Motiane, Telma Tonela, Jorge Saiete, Silvana Nhaca, Lúcia Manhiça e Horácio Zunguza

Revisor: Telma Tonela & Lúcia Manhiça

Fotografias: Horácio Zunguza

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 4

2. PROJECTOS E ACTIVIDADES 5

2.1. Projectos Implementados 5

2.2. Acitivavdes e alcance dos resultados em cada projecto 5

Quadro resumo - Grau de implementação do Projecto 1 9

2.3.Projecto - Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique (UPR) 10

Quadro resumo - Grau de implementação do Projecto 2 13

2.4. Projecto - Minha Voz 15

Quadro resumo - Grau de implementação do Projecto 4. 15

2.5. Aliança da Sociedade Civil Contra a Usurpação da Terra em Moçambique (ASCUT) 16

2.5.1 Actividades Planificadas e Realizadas 16

2.5.2 Mecanismo de Coordenação Nacional e Provincial 17

2.5.3 Visitas de monitoria do programa SCURN às Províncias 18

2.5.4 Realizadas duas reuniões nacionais da Sociedade Civil sobre a Reforma do Quadro Legal de Terras em Moçambique. 18

2.5.5 Divulgação do 10º Relatório sobre a Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa (ITIE) 21

3.ESTUDOS E DOCUMENTÁRIOS REALIZADOS 21

3.1.Estudos 21

3.2. Documentários 22

4.PARTICIPAÇÃO EM EVENTROS, ENCONTROS E TREINAMENTOS 23

5. NOVAS PARCERIAS 26

6. NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2022 26

7. PLANOS FUTUROS 27

8. GALERIA DE FOTOS RETRATANDO DIVERSAS ACÇÕES 28

Mensagem da Directora Executiva da JustaPaz

Amigas e amigos da JustaPaz, com este relatório anual, damos o nosso contínuo compromisso de compartilhar os nossos feitos ao longo de todos os anos. No período transato, muitas foram as realizações/actividades levadas a cabo pela JustaPaz como parte do cumprimento do seu plano trienal compreendido entre Junho de 2021 a Junho de 2014.

Continuamos a trabalhar nas áreas de Edificação da Paz, Boa Governação e Direitos Humanos, concretamente na capacitação dos membros dos Conselhos Consultivos em assuntos relacionados à sua participação nos planos de desenvolvimento distrirital; na capacitação dos Juízes dos tribunais comunitários em matérias de mediação e conciliação de conflitos; na promoção de diálogo inter religioso sobre vários assuntos que apoquentam a sociedade como forma de prevenir possíveis focos de conflitos; no empoderamento da mulher e rapariga para que estas conheçam e advoquem sobre os seus direitos e principalmente sobre a importância da sua formação académica como forma de combater, prevenir e mitigar todas as formas de violência contra elas; na promoção de Direitos Humanos em Moçambique em vários níveis; no trabalho em rede com outras organizações da Sociedade Civil em acções de advocacia contra a usurpação de terras e no treinamento da rapariga para que esta tenha habilidades de advocar e participar nos fóruns de tomada de decisão.

Procuramos ao longo de 2022, manter o nível de qualidade, profissionalismo como forma de manter a cultura organizacional e operacional da JustaPaz, acreditando que essa cultura será mantida em 2023 e assim sucessivamente.

Caros amigas e amigos, enquanto desfrutam da informação contida neste relatório anual, compartilhem connosco as vossas sugestões e opiniões para juntos reflectirmos num Moçambique próspero onde a defesa dos Direito Humanos, a promoção de boa governação e a edificação da paz se tornem uma realidade.

1.Introdução

O presente relatório anual, faz uma radiografia das acções levadas a cabo durante o período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 2022.

A JustaPaz continuou a desenvolver as suas actividades nos diferentes projectos que corporizam o plano de acção 2021 a 2024.

As nossas actividades estão centradas nas províncias de Inhambane, Sofala, Zambézia e Nampula. Contudo, em parceria com outras instituições, temos levado a cabo acções em outras províncias.

A actuação da JustaPaz nos diferentes projectos, baseia se sempre na sua **VISÃO** de estabelecimento de uma sociedade onde haja uma cultura de paz, justiça, democracia, boa governação, defesa dos direitos humanos e uma co-existência pacífica entre as várias camadas sociais; na sua **MISSÃO** de promover abordagens construtivas e cooperativas de transformação de conflitos e redução de violência a nível político, social e religioso no seio das comunidades de base e no seu **OBJECTIVO** de Contribuir para a Edificação da Paz, Promoção de Boa Governação e Defesa dos Direitos Humanos.

2.PROJECTOS E ACTIVIDADES

2.1.Projectos Implementados

A JustaPaz vem implementando desde Junho de 2021, três (3) projectos no quadro do seu plano trienal (Junho de 2021 a Junho de 2024).

- **Projecto 1 -** "Fortalecimento do desenvolvimento da comunidade por meio de abordagens de resolução de conflitos, e empoderamento de mulheres e raparigas**"**;
- **Projecto 2 -** Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique (UPR);
- **Projecto 3 -** Projecto – Minha Voz

2.2.Acitivavdes e alcance dos resultados em cada projecto

Projecto 1 - "Fortalecimento do desenvolvimento da comunidade por meio de abordagens de resolução de conflitos, e empoderamento de mulheres e raparigas".

O projecto implementa actividades em 7 distritos das províncias de Inhambane (distritos de Jangamo e Funhalouro), Zambézia (distritos de Ile, Molevala e Namacura) e Nampula (distritos de Mogovolas e Mossuril).

No âmbito deste projecto, a JustaPaz realizou de Janeiro a Dezembro de 2022, várias actividades por intermédio das três componentes, nomeadamente:

a)Componente - Governação

A componente tem como objectivo: contribuir para a melhoria da participação dos cidadãos nos processos de governação e desenvolvimento local, por intermédio do empoderamento dos conselhos consultivos distritais (CCD).

A componente tem como área geográfica para a concretização das suas acções as províncias de Inhambane (Jangamo e Funhalouro), Zambézia (Ile, Moleva e Namacura) e Nampula (Mogovolas e Mossuril).



CCD Jangamo



CCD Funhalouro

Ao longo de 2022 foram levadas a cabo 14 debates de troca de experiências com os CCDs dos sete (7) distritos em matérias de governação e desenvolvimento local. Paralelamente a estas actividades, foram igualmente realizadas 14 sessões ordinárias do conselho consultivo em cada um dos 7 distritos. Importa referir que a realização de sessões dos CCDs, está enquadrada na planificação distrital, contudo, a sua materialização/realização não tem sido fácil devido a exiguidade de fundos por parte dos governos distritais. Para minimizar esta situação, a JustaPaz tem apoiado financeiramente a realização destas sessões em todos os sete distritos referenciados anteriormente.

b)Componente - Acesso à Justiça e Diálogo Inter-Religioso (AJ & DIR)

A componente tem o objectivo de promover a resolução pacífica de conflitos comunitários e religiosos mediante o empoderamento dos Juízes Comunitários e Líderes Religiosos.

Nesta componente, foram realizadas 14 acções de troca de experiências direccionadas aos Juízes dos Tribunais Comunitários e Líderes Religiosos dos distritos de Jangamo e Funhalouro na província de Inhambane; Ile, Molevala e Namacura na Zambézia e Mogovolas e Mossuril na província de Nampula.



Lideres Religiosos e Juizes Comunitarios Mossuril



Líderes Religiosos Zambêzia

Importa referir que as duas (2) componentes (Governação, Acesso à Justiça e Diálogo Inter Religioso) realizam as suas actividades nas mesmas províncias e nos mesmos distritos.

c)Componente - Direitos Humanos da Mulher e Rapariga

A componente procura empoderar a mulher e rapariga para que estas possam defender os seus direitos no âmbito familiar e escolar.

Diferentemente das componentes 1 e 2, a componente 3 direcciona as suas acções em apenas dois (2) distritos, envolvendo raparigas de quatro (4) escolas de Jangamo e cinco (5) escolas de Funhalouro na província de Inhambane, onde beneficia cerca de 250 raparigas.

Escolas contempladas pelas acções

Distrito de Jangamo: Escola Secundária Eduardo Mondlane de Magaiça, Escola Secundária Geral de Nhancoja, Escola Secundária Maria de Lurdes Mutola de Ligogo, Escola Primária do 1° e 2° Grau de Ligogo.



Jangamo

Distrito de Funhalouro: Escola Secundária Samora Machel, Escola Secundária Graça Machel, Escola Secundária Eduardo Mondlane, Escola Primária do 1° e 2° Grau de Tomé, Escola Primária do 1° e 2° Grau de Mbone.



Funhalouro

Em cada escola beneficiária, foi identificada uma professora responsável pela área de género que acompanha o dia a dia das raparigas e não só, mas também o seu envolvimento acaba permitindo o aprofundamento dos seus conhecimentos nas várias matérias abordadas. Por outro lado, foram distinguidas 22 raparigas que beneficiaram de bolsas de estudos, que inclui uniforme e material escolar, "kit dignidade" constituído por pensos menstruais, escova de dentes, pasta dentífrica, e baldes para higiene pessoal.

Quadro resumo – Grau de implementação do Projecto 1.

Componente	Planificado	Observação	Alcance / indicador			
			Indicador	V.I	V.A.I.A	I.P
Governação	14 Sessões do Conselho Consultivo Distrital	Todas sessões realizadas	**Ind.1** Incremento médio de 30% da inclusão das recomendações feitas pelos membros do CCD nos planos de governação dos 7 distritos	4	1	7%
			Ind.2 Incremento medio de 35% das intervenções feitas por mulheres nas reuniões do conselho consultivo atéJunho de 2024	3	2	5%
Acesso à Justiça e Diálogo Inter Religioso	14 debates sobre a transformação de Conflitos (Juízes Comunitarios e Lideres Religiosos)	Todos os debates realizados	**Ind.1** Incremento médio de 35% de casos mediados pelos juízes comunitários abrangidos até Junho de 2024	5	3	8%
			Ind.2 Incremento medio de 20% de iniciativas de prevenção de conflitos promovidos por lideres religiosos ate Junho de 2024	15	4	6%
Direitos Humanos da Mulher e Rapariga	27 seminários sobre os direitos da mulher e rapariga	Todos seminários realizados nas diferentes escolas dos dois distritos	Incremento em 10% das denúncias de casos de uniões prematuras nas escolas beneficiarias ate Junho de 2024	4	5	2%

- V.I – Valor Inicial
- V.A.I.A – Valor Actual do Indicador Acumulado
- I.P – Incremento Percentual

2.3.Projecto - Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique (UPR).

O projecto visa contribuir para a promoção da melhoria da implementação das recomendações sobre Direitos Humanos do processo UPR, através da Implementação das actividades a 3 níveis: Local, Nacional e Internacional.

Para 2022, o projecto desenvolveu as seguintes actividades:

- Preparação social para elaboração de Agendas de Desenvolvimento Comunitário, uma actividade que priorizou encontros com as lideranças e as comunidades. Nos encontros, enfatizou-se o papel crucial desempenhado pela AMPDC, (parceiro local de implementação) na ajuda às comunidades a elaborarem seus planos de desenvolvimento para servir de ferramentas de advocacia.

- O evento da elaboração das agendas comunitárias teve lugar nas comunidades de Chindo e Djovo localidade de Guara Guara, no distrito de Búzi, província de Sofala entre os meses de Abril a Junho do ano em curso. Esta é uma actividade inserida no projecto UPR, com o objectivo de contribuir para a promoção da melhoria da implementação das recomendações sobre Direitos Humanos do processo UPR. Com as agendas de desenvolvimento comunitária, as comunidades farão advocacia junto de potenciais investidores ou exploradores de recursos naturais nas suas comunidades para que sigam a agenda pré existente das comunidades de forma a garantir e proteger os direitos humanos comunitários.



Sessão de elaboração do mapa participativo comunitário da localidade de Inhamuxindo, comunidade de Djovo, distrito de Búzi.

- Foram realizadas quatro (4) secções de treinamento para os facilitadores comunitários em matéria de lei de terra, Direitos Humanos e lei contra as uniões prematuras (lei 19/19), 50% dos beneficiários são mulheres. Com vista a fazer um acompanhamento regular das questões inerentes à usurpação de terras, dos clubes de raparigas e outras questões de direitos humanos identificados pelas comunidades, os facilitadores beneficiaram-se de meios de locomoção, concretamente bicicletas.



Entrega de bicicletas aos facilitadores no Posto Administrtativo de Goonda distrito de Chibabava

- Foram produzidos e difundidos (2) dois debates radiofónicos com os clubes de raparigas (CBR's) dos distritos de Búzi e Chibabava. Os debates permitiram difundir matérias de direitos humanos, lei 19/19 sobre uniões prematuras, violência baseada no género e direitos da rapariga com vista a sensibilização e conhecimento pelas comunidades daqueles distritos para o melhoramento no gozo dos seus direitos humanos.

O projecto apoiou seus parceiros de nível nacional, nomeadamente FMMRPU e a DNDHC a realizarem a Conferência Nacional de Avaliação da Participação de Moçambique no III ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos da ONU. O evento que juntou sociedade civil (SC) e governo representado por Sua Excia. Ministra da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos fez uma avaliação positiva em termos de mais aproximação entre a SC e o governo no trabalho de parceria pela causa de direitos humanos no processo UPR, o que se concretizou-se com a assinatura da declaração da Ponta de Ouro.



Cartazes de visibilidade dos eventos Conferência de avaliação de Moçambique no UPR e o de lançamento do primeiro mapeamento sobre DH em Moçambique.

Igualmente realizou vários encontros de coordenação de implementação das actividades com o parceiro internacional LWF, os quais culminaram com a produção de planos de implementação conjunta.

Quadro resumo – Grau de implementação do Projecto 2.

Implementação	Planificado	Alcance / indicador			
		Indicador	V.I	V.A.I.A	Incremento numérico
<u>Nível local</u> **Distritos de Búzi e Chibabava em 40 comunidades**	10 sessões de preparação social comunitária em matéria de governação comunitária e desenvolvimento sustentável, 4 sessões de treinamento aos facilitadores comunitários em matéria de lei de terra, direitos humanos, VBG e lei contra as uniões prematuras (lei 19/19) para dar **seguimento** aos casos de violação dos direitos humanos das raparigas e das comunidades, Apetrechar 2 centros de recursos com material de corte, costura e desportivo, Estabelecer 6 grupos de poupança ao nível dos centros de recurso, Fortalecer os CGRN legalizados para dotá-los de capacidade para negociar com investidores e governo de modo a obter os 20% ou 2.75% provenientes da exploração dos recursos naturais.	1.Até Junho de 2024, pelo menos 4 novas comunidades receberam seus títulos de propriedade de Terra (DUAT)	6	7	1
		2. Até Junho de 2024 pelo menos 5 Comitês de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) receberam 20% (florestas) ou 2.75% (recursos minerais)[1] dos recursos anuais provenientes das receitas fiscais de investimento local.	1 0	1 0	0 0
<u>Nível Nacional</u> **Em todo o país através de lobby, advocacia e**	Conduzir processos de seguimento e mediação de casos específicos de violação de direitos humanos na área de terras, com ênfase para	3. Até Junho de 2024 a questão da colaterização do DUAT está excluída do pacote de revisão da legislação nacional sobre terras.			
ainda monitorando a implementação das recomendações sobre os direitos humanos no contexto do Mecanismo de Revisão Periódica	os conflitos identificados nas fases anteriores do projecto. Realizar Conferência Nacional de Avaliação da Participação de Moçambique no III° Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos da ONU: Desafios e Oportunidades de implementação Efetiva das Recomendações Adoptadas pelo Estado moçambicano				
	Realizar advocacia com outras organizações que trabalham nas temáticas, de terra e os direitos das mulheres,	4.Até Junho de 2024, a sociedade civil foi em 3 casos efectivamente envolvida nas consultas à comunidade e os direitos das comunidades locais sobre o uso sustentável dos recursos foi salvaguardada.	1	3	2

[1] 20% de receitas provenientes da exploração dos recursos florestais e 2.75% proveniente da exploração dos recursos naturais.

<u>Nível Internacional:</u> Recurso à advocacia no plano global contando com parceiros estratégicos de protecçao e defesa dos Direitos humanos	Apoiar a participação da Fórum de Dreitos Humanos no contexto MRPU na 51ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos Apoiar a produzir do relatório sobre a participação do Estado Moçambicano nos mecanismos africanos de Direitos Humanos à luz da Carta Africana dos Direitos Humanos	5.Até Junho de 2024, pelo menos 10 Recomendações das 5 questões identificadas pelo Fórum UPR- Moçambique foram incluídas nas recomendações feitas a Moçambique.	0	5	5

2.4. Projecto – Minha Voz

É um projecto resultante da iniciativa do Fundo Global e visa contribuir para a defesa dos direitos da rapariga através de treinamento em habilidades de advocacia e promoção da sua participação nos fóruns de tomada de decisão.

Actividades realizadas pelo projecto ao longo de 2022

- Em parceria com os Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), a JustaPaz visitou os clubes de raparigas existentes em algumas escolas secundárias dos distritos de Jangamo e Funhalouro com o objectivo de (i) promover a interação entre a JustaPaz e as raparigas, (ii) conhecer o ponto de situação do funcionamento dos clubes, (iii) abordar temáticas de interesse nesses espaços como a prevenção das Uniões Prematuras, gravidezes precoces, doenças sexualmente transmissíveis e retenção da rapariga na escola.

Referir ainda que foram constituídos/criados 9 clubes de raparigas sendo 4 no distrito de Jangamo e 5 no distrito de Funhalouro. Cada clube é composto por 30 raparigas.

Após a interacção que a JustaPaz tem tido com os clubes sobre as temáticas acima elencadas, elas (as raparigas) usam das suas habilidades artísticas como teatro, poesia, dança e palestras que abordam temas sobre a importância da retenção da rapariga na escola e a prevenção e luta contra as uniões prematuras.

Quadro resumo – Grau de implementação do Projecto 4.

Planificado	Locais / Implementação	Observação	Alcance / indicador
Mapeamento e base de dados	6 escolas secundárias dos distritos de Jangamo e Funhalouro	Actividade realizada tendo em conta o nível de exposição às várias fomas de violência	33% das beneficiárias estão cientes do seu direito à educação; da importância da sua retenção na escola e ao direito de serem ouvidas.
Desenho da estratégia de campanha de advocacia "Eu mereço oportunidades		Com esta campanha foi possível que a voz das raparigas passasse a ser ouvida pelos tomadores de decisões. Assim, elas passaram a ser influenciadoras.	74% das raparigas estão cientes do risco de casamento precoce
Produção de cartazes, rollups, nenners com mensagens chave sobre os direitos das raparigas e estratégias de defesa		180 panfletos de advocacia produzidos sobre: Direito de participação, direito à educação formal, não ao casamento precoce, direito a ser ouvido e doreito à Informação	5 raparigas resgatadas de uniões prematuras voltaram ao ambiente escolar

2.5. Aliança da Sociedade Civil Contra a Usurpação da Terra em Moçambique (ASCUT)

A ASCUT - visa maximizar sinergias entre as organizações da sociedade civil, para tornar eficazes suas acções de advocacia contra a usurpação de terras, em que mulheres e homens usufruem do direito de posse, segurança e controlo da terra.

2.5.1 Actividades Planificadas e Realizadas

- No decurso do ano 2022, os membros da Aliança realizaram vários encontros de revisão dos documentos que orientam a ASCUT. Os encontros resultaram na revisão e actualização do memorando de entendimento que traça as directrizes de funcionamento e de gestão da ASCUT, tendo em conta que a validade do mesmo é de apenas cinco anos, tempo este que é e foi sempre estipulado pelos membros de modo a dar espaço para a revisão dos objectivos da Aliança, adequando-se sempre com as novas dinâmicas. Acima de tudo, foi também revitalizada a ASCUT, tendo-se criado grupos técnicos com responsabilidades definidas e acordadas por todos, por forma a garantir a participação e envolvimento de todos no dia a dia da Aliança.



Da esquerda para a direita: Telma Tonela (JustaPaz), Maria Franci Ubisse (Care International Moçambique), Isidro Macaringue (UNAC-SEDE), Mário Machimbene (Actionaid), Ilidio de Sadres (CEDES) e Nádia Ibiza (CTV)

2.5.2 Mecanismo de Coordenação Nacional e Provincial

O Mecanismo de Coordenação Nacional realizou cerca de 9 encontros virtuais, em preparação dos principais eventos do programa PAANE, bem como partilha dos resultados de cada uma das acções dos diferentes consórcios, apoiados pelo mesmo. Dos encontros estiveram presentes os 7 consórcios do PAANE, bem como o representante do mecanismo provincial de Cabo Delgado

Resultados:

- Realizado um Seminário Nacional do PAANE na cidade de Maputo, e um Seminário Provincial na cidade de Pemba.
- Realizado o primeiro Seminário Interno do PAANE.
- Divulgadas as boas práticas de cada um dos parceiros do PAANE, e as estratégias de resolução dos desafios.
- Iniciado o processo de reflexão pós PAANE II
- Refinadas as estratégias de participação da sociedade civil em diferentes espaços de advocacia em torno das diferentes temáticas do programa.

Ainda sobre as actividades planificadas, realizou-se em Novembro, na província de Maputo, a Reunião Bianual de Aprendizagem e Planificação Conjunta dos Parceiros do SCURN, que contou com a participação de representantes das OSC locais onde o projecto é implementado, bem como a equipe técnica da ASCUT-CARE, Assistência Técnica do PANNE - Delegação da União Europeia e MNEC-GON.

O encontro tinha como objectivo principal: Reflectir sobre os progressos e desafios do programa, assim como harmonizar os planos e orçamentos 2023 dos parceiros do SCURN. O encontro também tinha como objectivos específicos os seguintes:

- Partilhar os principais resultados alcançados desde o início da implementação do programa, incluindo os desafios enfrentados para o seu alcance (avaliação intermédia).
- Promover uma aprendizagem colectiva sobre as lições da implementação do programa em 2022.
- Planificar, priorizar e orçamentar as acções e actividades para 2023, como último ano do programa SCURN.
- Ajustar e finalizar os instrumentos de planificação (planos, orçamentos, quadro lógico, cronograma de actividades, plano de monitoria e scope of work) e discutir sobre os aspectos a melhorar na gestão financeira e programática, tendo em conta a experiência dos últimos anos de implementação do programa.

2.5.3 Visitas de monitoria do programa SCURN às Províncias

A equipe técnica do Projecto SCURN deslocou-se ao distrito de Chibabava, província de Sofala para realizar uma visita de monitoria de campo do parceiro AMPDC que culminou com um encontro de balanço.

A visita teve como objectivos:

- Estabelecer contactos com a rede da sociedade civil ao nível distrital e com as OCBs de forma particular, no sentido de melhor compreender as suas intervenções, assim como partilhar abordagens e/ou estratégia de actuação que concorrem para o sucesso do programa;
- Realizar um encontro com o governo distrital para aferir em que medida tem estado a haver diálogo entre estes e as redes distritais e ou OCBs;
- Facilitar um momento de reflexão entre ASCUT-CARE e Grupo de Trabalho de Sofala-AMPDC, no sentido de identificar as principais ilações da visita e definir um plano de seguimento dos principais pontos que requerem uma intervenção específica.

Resultados:

- Elaborado um plano de acção pós visita de monitoria, a ser seguido pela Equipa ASCUT-CARE.
- Colhidas as boas práticas do distrito a nível da administração e do CGRN.
- Identificados os principais desafios do CGRN

2.5.4 Realizadas duas reuniões nacionais da Sociedade Civil sobre a Reforma do Quadro Legal de Terras em Moçambique.

- A primeira reunião em formato híbrido (presencial na cidade de Maputo) que contou com a participação de representantes das organizações da sociedade civil a nível nacional. A mesma, foi organizada pelo Ministério da Terra e Ambiente em preparação da participação da OSC na Reunião Nacional de Terras, e teve como objectivos: (i) analisar o processo metodológico seguido pela CRPNT durante a auscultação e elaboração do relatório de diagnóstico; (ii) analisar o processo de participação pública em todas as fases do processo; (iii) analisar as alterações propostas na PNT e suas implicações na vida dos moçambicanos; (iv) produzir um posicionamento da sociedade civil a volta do processo e sua entrega a várias entidades relevantes na matéria.



- A segunda reunião decorreu no mês de Outubro de 2022, na cidade da Beira, e contou com a participação de representantes de diversas instituições da sociedade civil, paralegais, membros de plataformas distritais provenientes de todas as províncias do país, excepto a província do Niassa. A mesma foi organizada com o objectivo de: refletir de forma conjugada sobre os aspectos controversos contidos na Política de Terras e propor recomendações de modo a serem consideradas na revisão da Lei de Terras, no que diz respeito ao acesso, segurança e posse de terra pelas comunidades. Em termos de objectivos específicos: (i) propor mecanismos de acompanhamento das etapas subsequentes á revisão da Lei de Terras para garantir que Assembleia da República e outros órgãos relevantes assegurem a continuidade dos direitos adquiridos no novo conteúdo da Lei de Terras; (ii) Reconstruir um entendimento comum sobre a Transmissibilidade do DUAT: Problemas, riscos, vantagens e desvantagens e papel da Assembleia da República no processo de revisão e resultados do novo conteúdo da Lei de Terras; (iii) Orientar para um melhor alinhamento da Lei de Terra com os demais instrumentos legais durante a sua revisão; (iv) Influenciar para que a nova Lei de Terras estabeleça de forma simplificada e clara sobre a importância da aplicação das normas e práticas costumeiras no acesso e uso da terra, bem como sobre a necessidade e importância das consultas comunitárias e os seus processos; (v) Enunciar os desafios da Renúncia sustentável de terras pressupostos e desafios no processo de revisão e resultados do novo conteúdo da PNT.



Resultados:

- Apresentado na mídia o posicionamento da OSC sobre a reforma do Quadro Legal de Terras.
- Entregue o posicionamento às entidades relevantes na matéria.
- Realizados encontros com a Secretária Permanente do MITA e apresentado as principais constatações e desafios sobre a PNT.
- Lobby com o MITADER e outros actores na Reunião Nacional de Terras.

ALIANÇA DA SOCIEDADE CIVIL CONTRA USURPAÇãO DE TERRAS - ASCUT					
Monitoria das actividades do SCURN - 2022					
Objectivos		Indicadores quantitativos	Metas até 2022	Metas alcançadas Janeiro-Dezembro de 2022	Meios de verificação
Objectivo de Impacto	Ampliar a participação efetiva da sociedade civil na elaboração, implementação e na monitoria das políticas públicas em matéria de gestão de terra e sector extrativo, para o beneficio direto das comunidades.	Participação da sociedade civil na influência do processo de conceção, implementação e monitoria de políticas do sector de terra e recursos extrativos. -# de comunidades que influenciam as decisões sobre os investimentos efetuados pelo governo - Número de homens e mulheres que tenham assegurado o título de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT)	Estabelecer através do (Relatório de Baseline) Estabelecer através das atividades de monitoria regular durante a vida da Acão Estabelecer através das atividades de monitoria regular durante a vida da Acão		Índice Ibrahim de governação Africana Relatório de avaliação intermédia e final do programa. Relatório de avaliação intermédia e final do programa.
Realização 1	MIREME, MEF e MTA implementam políticas públicas e efetuam reformas institucionais relevantes no sector de terra e recursos extrativos, alinhando-as com os princípios de Direitos Humanos, respeitando os direitos das comunidades afetadas pela atividade económicas	Políticas públicas do sector de terra e extrativo, elaboradas e/ou reformuladas e implementadas pelo MIREME, MEF e MTA a favor do grupo de impacto. Mecanismos distritais de planificação e implementação dos 2.75% e 20% instituídos e funcionais.	RPRRAE, artigo 30 nº2 da Lei de minas. Decreto Lei 31/2012, artigo 6, nº 1e 2. PMPERM 2018-2025 Requisito 7.1 e 7.2 do Padrão do ITIE. 2	3 2	Relatório de atividades, monitoria e avaliação. Propostas das políticas submetidos. Relatório de atividades, monitoria e avaliação. Encontros anuais de balanço e planificação programa
Realização 2	Redes e grupos temáticos da sociedade civil fortalecidos em monitoria e advocacia de políticas públicas da área de terra e recursos extrativos para que possam defender as agendas comunitárias.	Redes temáticas que dominam o quadro legal, processos, práticas de Direitos Humanos. Redes temáticas que promovem ligações e usam os espaços para monitorar acções do	5 5	5 5	Relatório de avaliação das capacidades das redes. Relatórios de actividades e avaliação intermédia do programa.
Realização 3	OCB, CDC, CGRN e Fóruns Locais (FL) representam e defendem os interesses legítimos das suas comunidades, assegurando a inclusão de suas agendas nas políticas do governo dos diferentes níveis para que se beneficiam dos investimentos do sector extractivo e terra.	OCB representam interesses das comunidades nos diferentes espaços, documentam casos de violação dos direitos das comunidades. Comunidades que influenciam as decisões do governo, sector privado a favor das suas agendas.	Conclusão da confirmação durante o ano III através das atividades de monitoria regular e avaliação intermédia Dados quantitativos por confirmar	Conclusão da confirmação durante o ano III através das atividades de monitoria regular e avaliação intermédia Dados quantitativos por confirmar	Relatório de avaliação do progresso das capacidades anuais das CBO. Relatórios de actividades, monitoria e avaliação do programa

2.5.5 Divulgação do 10º Relatório sobre a Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa (ITIE).

Realizado no dia 09 de Novembro, nas instalações da UEM, a divulgação do 10º Relatório do Processo de Implementação do ITIE em Moçambique, que contou com a participação de OSC, e academia. O encontro tinha como objectivo refletir sobre o processo de implementação da ITIE em Moçambique, tendo como base o 10º relatório com vista a promoção das reformas públicas e institucionais para o cumprimento das 14 medidas correctivas apresentadas na última avaliação de Moçambique ao Comité Director Internacional da ITIE. Para além disso teve também como objectivos específicos: (i) apresentar e discutir com a sociedade civil, academia, órgão de comunicação social e instituições governamentais o 10º relatório de reconciliação da ITIE; (ii) refletir com a sociedade civil, academia, órgão de comunicação social e instituições governamentais sobre os progressos registados para o cumprimento das 14 medidas correctivas apresentadas na última avaliação de Moçambique pelo Comité Director Internacional da ITIE; (iii) emitir recomendações para os principais actores envolvidos no processo de governação da indústria extractiva, com enfoque no cumprimento das 14 medidas correctivas apresentadas na última avaliação de Moçambique pelo Comité Director Internacional da ITIE.

Resultados:

- Academia e OSC, apropria-se e discute o decimo relatório de reconciliação da ITIE.
- Academia e OSC analisam os progressos registados para cumprimento das 14 medidas correctivas apresentadas na última avaliação de Moçambique pelo Comité Director Internacional da ITIE.

Academia e OSC recomendam aos principais actores evolvidos no processo de governação da Indústria Extractiva, acções de melhorias para o cumprimento das 14 medidas correctivas apresentadas na última avaliação de Moçambique pelo Comité Director Internacional da ITIE.

3.ESTUDOS E DOCUMENTÁRIOS REALIZADOS

3.1. Estudos

Foi realizado um estudo no centro de reassentamento de Corrane, província de Nampula com o objectivo de:

- Mapear os principais conflitos registado no centro de Acomodação de Corrane;
- Descrever as causas dos conflitos mencionados e indicar os possíveis efeitos de cada um; e
- Propor acções concretas de intervenção com vista a prevenção, resolução e/ou transformação dos conflitos identificados.

3.2. Documentários

Aquando das comemorações do trigésimo aniversario da assinatura dos acordos de paz em Moçambique, a JustaPaz em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, concretamente a Direcção Nacional de Assuntos Religiosos, produziu um documentário sobre este marco.

Para o efeito, a produção contou com depoimentos e testemunhos de individualidades que nio seu dia a dia, directa ou indirectamnete, lidam com questões relacionadas com a edificação e manutenção da Paz em Moçambique.

O documentário pode ser visto através do Link:
https://drive.google.com/drive/folders/103Shi1jffj_Late24hglTxq6Wttisyjq

4. PARTICIPAÇÃO EM EVENTROS, ENCONTROS E TREINAMENTOS

- ✓ No âmbito do memorando de entendimento com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, participamos e comparticipamos no evento organizado pela Direcção Nacional de Administração da Justiça (DNAJ) sobre a auscultação de Revisão da Lei dos Tribunais Comunitários realizado em Nampula,
- ✓ Participamos do seminário de validação da proposta de revisão da Lei dos Tribunais Comunitários



- ✓ A convite da Direcção Nacional de Assuntos Religiosos (DNAR), a JustaPaz tomou parte da cerimônia de comemoração do dia mundial da fraternidade humana a 4 de Fevereiro,
- ✓ No âmbito da ASCUT e a convite da União Europeia a ASCUT participamos de um processo de consulta para a proposta de financiamento lançada no primeiro semestre de 2022 sobre preservação do meio ambiente e do uso sustentável de recursos naturais,
- ✓ Participamos através da ASCUT na qualidade de membro do Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras, na II Sessão do Comité Deliberativo do Projecto MozLand (Terra Segura). A participação da ASCUT é resultado da eleição que decorreu no II Encontro do Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras,
- ✓ A convite do Comité de Coordenação do Sector Agrário (CCSA), a ASCUT participou no dia 15 de Fevereiro da Reunião de Socialização do Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA II 2022-2026) e Plano Director das Estatísticas Agrárias (PDEA II 2022-2031).
- ✓ No âmbito das acções de lobby e advocacia, a ASCUT a convite do Observatório das Mulheres participou de um encontro de cortesia ao Ministério da Terra e Ambiente (MTA), tendo sido recebido pelo Vice-Ministro do MTA. O encontro serviu para impulsionar a este ministério para que tomasse em consideração as recomendações que as OSC têm em relação ao processo de RPNT,

- ✓ A convite do Ministério da Terra e Ambiente, a ASCUT participou da Reunião Nacional de Terras sob o lema "Por um Acesso Equitativo, Posse Segura e Uso Sustentável da Terra" realizado nos dias 23 e 24 de Março, na cidade de Maputo. A Reunião Nacional de Terras serviu como um espaço de diálogo para a construção de consensos sobre as principais questões e matérias relevantes relacionadas com o quadro legal e regulador sobre a administração e gestão da terra no país,



- ✓ Participamos através da ASCUT do primeiro seminário nacional promovido pelo PAANE II, na cidade de Maputo e virtualmente nas plataformas ZOOM e nas redes sociais do PAANE sob o lema: "Diálogo, Influência e Legitimidade" De referir que o Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE) é uma iniciativa da União Europeia (EU) e seus Estados Membros que visa contribuir para a boa governação e desenvolvimento rural em Moçambique. O mesmo é implementado ao nível nacional, especificamente em cinco províncias (Cabo Delgado, Tete,

Niassa, Sofala e Inhambane) num total de sete projectos específicos, cada um promovido por diferentes organizações/plataformas da sociedade civil moçambicana designadas como requerentes principais: Fórum Mulher, FMO/N'weti, ASCUT/CARE, Fundação MASC, Plataforma da Sociedade Civil Moçambicana para a Protecção Social, CESC e ActionAid Moçambique,

- ✓ A convite da Plataforma Nacional das Organizações da Sociedade Civil sobre Mudanças Climáticas (PNOSCMC), a ASCUT participou no dia 29 de Março de 2022 da Conferência sobre Mudanças, denominada "Moçambique Pós-COP26 de Glasgow à Cairo – COP27",
- ✓ Hoje dia 27 de Julho de 2022 a JustaPaz representada pela Filomena participou virtualmente do encontro de coordenação de implementação dos projectos junto da Her Voice Fund, que inclui o da JP "eu tenho oportunidades". O encontro foi coordenado pela Márcia Jeilane, embaixadora da Her Voice em Moçambique.

A reunião, além de actualizar aos presentes sobre o desembolso ou não dos fundos pela Her Voice, teve como agenda os seguintes aspectos:

- ✓ Partilha das áreas geográficas de implementação de projecto de cada parceiro
- ✓ Partilha das áreas temáticas escolhidas por cada parceiro
- ✓ Partilha das actividades ora em curso
- ✓ Estratégia de advocacia
- ✓ Participamos em diversas reuniões na Direcção Nacional de Assuntos Religiosos em preparação do simpósio alusivo a celebração do trigésimo aniversário do Acordo Geral de Paz (AGP),
- ✓ Particpamos do simpósio alusivo aos 30 anos do AGP e comparticipamos através da produção de um documentário de 20 minutos que retrata os vários momentos do processo de manutenção da paz em Moçambique e com maior enfoque no papel desempenhado pelas instituições religiosas,
- ✓ Tomamos parte nas celebrações do 30º aniversário do AGP.

5. NOVAS PARCERIAS

Em parceria com COSV (organização Italiana), Tanzania Bora (organização Tanzaniana) e Sarakasi Trust (Organizacao Queniana) desenhamos e submetemos à União Europeia, o projecto Swahili Cost. O mesmo projecto, ainda sem decisão final por parte do doador, tem em vista a promoção da paz através de actividades culturais na costa moçambicana, Tanzaniana e Queniana.

Ainda no âmbito da busca por novas parcerias, reunimo-nos com a Diakonie Katastrophenhilfe (Organização Alemã) para apresentar a nossa intenção em implementar acções de promoção de concórdia no centro de reassentamento de Maratane – provincia de Nampula - que acolhe famílias vítimas do terrorismo em Cabo Delgado. Do encontro resultou a disponibilidade daquela organização em apoiar financeiramente a JustaPaz para a realização do estudo de base que servirá de suporte na concepção de um projecto a ser implementado em Maratane, contando com o apoio da Diakonie Katastrophenhilfe.

6. NÍVEL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2022

Demonstração da execução orçamental do ano 2022 (valores expressos em meticais MZN)

Título do projeto	N° do Projecto	Parceiro/Doador	Orçamento (MZN)	Despesas executadas a 31 Dez 2022 (MZN)	Nível de Execução (%)
Fortalecimento do Desenv. Da Comunidade por meio de abordagem de transformação de conflitos e empoderamento da Mulher e Rapariga - Fase 1 -	A-MOZ-2021-0176	PPM (Pao para o Mundo)	20 429 999	15 475 063	76%
Monitoria da Implementação das Recomendações no Processo de Revisão Periódica Universal dos Direitos Humanos em Moçambique	A-MOZ-2021-0200	PPM (Pao para o Mundo)	14 626 481	11 713 570	80%
Needs Assessment In Nampula Province – CORRANE SETTLEMENT.	K AFM 2021 4025 - 4	Diakonie - Katastrophenhilfe	325 000	324 250	100%
Her Voice Fund	P06	Global Network of Young People Living with HIV (Y+)	356 157	352 982	99%
Alianca da Sociedade Civil Contra Usurpacao de Terras - ASCUT	N/A	PSA-ActionAid	214 160	213 545	100%
Alianca da Sociedade Civil Contra Usurpacao de Terras - ASCUT	SCURN CDNKMZ0068	Care International	579 503	521 552	90%
TOTAL			**36 531 300**	**28 600 962**	**78%**

Tabela execução orçamental 2022

7. PLANOS FUTUROS

Para 2023 a JustaPaz continuará a desenvolver as suas acções na capacitação e no apoio para a realização das sessões dos conselhos consultivos;

Na capacitação dos juízes comunitários e líderes religiosos sobre mediação e conciliação de conflitos, bem como na busca de estratégias para que as instituições religiosas promovam diálogo inter religioso sobre várias matérias conducentes à harmonia social e na prevenção de possíveis conflitos futuros;

Igualmente continuaremos a empoderar a mulher e rapariga para estas conheçam seus direitos e por com seguinte advocarem para os mesmos (direitos) sejam respeitos e tomados em conta em todas vertentes.

Os projectos **UPR, Minha Voz** continuarão a merecer as atenções da JustaPaz nos diferentes campos de actuação dos mesmos e não só, mas também serão levadas a cabo actividades com outras organizações parceiras tanto governamentais e da Sociedade Civil.

8. GALERIA DE FOTOS RETRATANDO DIVERSAS ACÇÕES















Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos
Av. dos Heróis Moçambicanos Nr. 115. Matola
Telef.: + 258 875724245
Email: justapaz@justapaz.org.mz
Web page: www.justapaz.org.mz
Facebook: JustaPaz Mocambique